

Sensibilidade

Moral

Raul Pilla

A CAMARA dos Deputados mandou arquivar o inquérito do pinho, antes que finda estivesse a investigação. Não quis averiguar a responsabilidade do legislador brasileiro envolvido no rumoroso caso. E não parece que o acusado tenha demonstrado o mínimo interêsse em esclarecê-lo.

Significaria êste fato, por si só, se outros muitos não o estivessem denunciando, que a vida pública brasileira se processa na penumbra e relegados se acham os princípios morais que a deveriam inspirar. Quando um fato condenável vem à luz, a tendência não é examiná-lo, mas abafá-lo. Foi o que, sem nenhuma cerimônia se fez no caso do pinho: uma comissão de inquérito, cujo dever era investigar, pôs todo o seu empenho em impedir a investigação, para dar ao processo o melancólico destino de todos os processos da mesma natureza, neste país: o arquivamento.

Denota isto o embotamento da sensibilidade moral, na República, que no Império era vivíssima. Não se admitia naquela época a mínima dúvida a respeito da probidade dos governantes. Assim o demonstram vários fatos registrados pela História.

O excepcional estadista, que foi o Visconde do Rio Branco, tinha um amigo e compadre que era o chefe da importante firma comercial Souto & Cia. Chegara esta às portas da falência e, não obstante, conseguira um avultado empréstimo no banco oficial. Coisas como estas, e ainda piores, são correntes agora e não fazem moza. Pois, conhecido o fato, que na época constituía um grande escândalo — utilizar ou deixar utilizar a sua influência de governante em favor de um amigo — conhecido o fato, o grande estadista, que acabava de prestar ao país grandes serviços no Prata e cuja probidade pessoal ninguém punha em dúvida, deixou imediatamente o govêrno, não obstante a simpatia que lhe tinha o Imperador. Hoje, não há escândalo capaz de arrancar um homem do govêrno.

Outro caso rumoroso foi o das «popelines». Cotegipe, antes de subir ao govêrno, consentira, diz-se que por motivos sentimentais, em ser sócio comanditário de uma firma, de que faziam parte o negociante Gustavo Masset e o conferente da Alfândega Antônio Januário da Silva. Êste foi o êrro do grande estadista conservador. Tendo-se envolvido em contrabando, o referido conferente foi demitido pelo Ministro e, para vingar-se, procurou Afonso Celso, membro da opposição liberal, e denunciou-lhe que a firma, de que fazia parte Cotegipe, estivera recentemente envolvida numa tentativa de contrabando de «popeline», tanto que lhe havia sido imposta uma multa. Levado o caso ao parlamento por Cesário Alvim, Cotegipe levantou-se e imediatamente se defendeu. Os adversários, entre êles Silveira Martins, lhe reconheciam a probidade pessoal, e a sua inocência no caso, mas, afirmavam, que, apesar disto, insustentável se tornara a sua situação no govêrno. Proposta pelo ministro a moção de confiança, esta lhe foi favorável, embora alguns conservadores deixassem significativamente de votá-la. Mas o gabinete estava ferido de morte e pouco depois deixava o poder.

Tão viva era a sensibilidade da vida pública naquela época, que os republicanos da propaganda chamavam ominosa...